

2.Travessias e desafios

Antonio Torres Montenegro

O tema desse artigo contempla de maneira fundamental algumas questões metodológicas suscitadas tanto pela documentação como pela leitura de autores diversos no campo da historiografia, da metodologia e da filosofia, entre outros.

Escrito inicialmente para a mesa-redonda “Perspectivas teórico-metodológicas da história oral” no V Encontro Regional Sul de História Oral – Desigualdades e Diferenças –, ao adaptá-lo para publicação, operei alguns deslocamentos analíticos bem como diversos acréscimos e reformulações.

Ao concluir a escrita desse texto, percebi que os percursos trilhados se apresentavam como travessias intermináveis, quase uma ego-história, pois procurei pontuar questões, dilemas e desafios que o trabalho com a documentação, de maneira geral as fontes orais de memória, me foram possibilitando formular à medida que avançava na pesquisa e escrita da história ao longo dessas últimas décadas.

Quando fui aceito para meu doutorado na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) em 1985, tinha como proposta geral entrevistar pessoas das camadas trabalhadoras que nos habituamos a denominar de popular, para ouvir delas o que construíam e representavam como passado histórico. Partia então da vaga suposição de que muitas, ou a grande maioria, por não terem frequentado os bancos escolares, não havia aprendido a história oficial. Dessa forma, o

que representariam como passado histórico? As suas vivências cotidianas na família, no trabalho, nos sindicatos, nas associações recreativas e culturais, entre outros. Era então necessário entrevistá-las para conhecer essa história.

Fui em busca de projetos de história que utilizassem entrevistas com trabalhadores como técnica para produção de uma fonte que pudesse servir de base à pesquisa e à escrita da história. Nessa busca, alguém me recomendou um projeto desenvolvido no Centro de História Oral da Universidade de Indiana, dirigido pelo professor John Bodnar, que no início dos anos 1980 havia entrevistado quase uma centena de operários e funcionários de diversos escalões da fábrica de carros Studebaker, a qual encerrara suas atividades na primeira metade da década de 1960.

A minha reduzida bagagem de experiência de pesquisa tinha sido até então jornais, anais parlamentares, panfletos e também um pouco de literatura do século XIX. Fora com essa documentação que havia escrito minha dissertação de mestrado, acerca dos vinte anos finais da escravidão no Brasil. Recordo ainda o grande dilema que foi a escrita da história na dissertação, sobretudo porque pensava e defendia a necessidade de romper com uma narrativa centrada na cronologia. Estava e estou inteiramente convencido que o relato histórico fundado na cronologia, e, portanto, prisioneiro da causalidade, significa estar inteiramente submetido à lógica e ao domínio dos signos que a documentação apresenta. Difícil era lidar com a permanência dessa escrita “linear”, ou talvez, em que as marcas de uma lógica histórica centrada em causas e consequências ainda tinham preponderância sobre minhas novas leituras e quase aprendizagens teóricas e metodológicas. Só depois de defendida a dissertação, aliviado do fantasma dos prazos e pressões da banca e do orientador, pude então construir uma questão em torno do tema da dissertação escravidão/abolição, ou seja, indagar sobre quais os meios que as sociedades utilizam para inventar e desinventar o tema da escravidão. Nos livros que então escrevi, o paradigmático *Reinven-*

tando a liberdade e Abolição, este último para a Série Princípios, já me sentia livre da causalidade e, por extensão, da cronologia como fio condutor e determinante do sentido historiográfico.

Da Studebaker à Casa Amarela

Fechado esse parêntese, voltemos ao Projeto Studebaker em Indiana University. Em janeiro de 1986, lá estava eu numa fria Bloomington para pesquisar nesse acervo oral as entrevistas desses trabalhadores da fábrica de carros. E foram três longos meses, ouvindo e lendo as transcrições de todo aquele conjunto de fitas gravadas. Como muitas vezes ocorre quando estamos pesquisando uma documentação em que não temos ainda uma questão ou problemática definida, passei a anotar alguns temas que poderiam interessar-me para, posteriormente, escrever um artigo e também o relatório a ser apresentado ao CNPq. Daquele amplo quadro de histórias de trabalhadores, um conjunto de relatos interessou-me e passei a tomar notas. Nelas registrei: o orgulho que muitos expressavam ao dizer que trabalharam centenas de sábados e domingos (imaginava impossível ocorrer algo parecido no Brasil); uma greve que ocorreu e a perseguição aos seus líderes; a questão de utilizar a estratégia de empregar diversos membros de uma mesma família como forma de controle, pois, se algum deles cometia uma falta, o pai ou aquele considerado a autoridade da família era chamado pela direção da empresa; o problema do alcoolismo; e finalmente os casos de suicídios que ocorreram quando a empresa faliu. Este foi para mim o tema que mais chamou a atenção, pelo desespero que os relatos expressavam, alguns afirmando que trabalhadores perderam aposentadorias construídas durante décadas em questão de meses, semanas ou dias. Também declaravam, em algumas entrevistas, que aquele havia sido um tema pouco, ou quase nada, noticiado pela imprensa.

Concluída então essa etapa, comecei a organizar as notas. Uma sensação foi surgindo à medida que a escuta das fitas avançava e agora ela tornava-se mais clara: não havia como contar uma história,

ou esboçar um relatório com um maior nível de reflexão historiográfica, apenas com o que ouvia. Definitivamente, não concordava com a afirmação, que lera em algum livro ou manual de história oral, de que uma fita transcrita se transforma em um documento igual a qualquer outro documento escrito. E, nessa hora, vinham à lembrança os jornais ou os debates parlamentares em que pesquisara para a dissertação e que me permitiam minimamente esboçar um relato historiográfico. No entanto, aqueles relatos de memórias, tão preciosos, pareciam luzes que se acendem e se apagam. Não era possível ir adiante apenas com eles. Para poder escrever sobre aqueles suicídios era necessário, por exemplo, conhecer a legislação trabalhista dos EUA e do estado de Indiana, assim como a política trabalhista da empresa; também pesquisar nos jornais e visitar o sindicato para verificar se dispunha de arquivos sobre aquele tema. Por outro lado, os relatos de memória me diziam de uma experiência de trabalho e de vida numa empresa de carros, que normalmente a documentação escrita não oferece. Os próprios arquivos das empresas, os arquivos sindicais, os jornais, a legislação, entre outros, não contemplam esse tipo de relato, em que a história vivida no cotidiano em suas múltiplas dimensões é apresentada sob os mais diversos enfoques.

Encerrado aquele estágio, meu relatório se constituiu fundamentalmente numa dupla aprendizagem. Estava diante de uma fonte que me oferecia outra perspectiva historiográfica, ou seja, movimentos, lutas, reflexões, sentimentos, relações de poder e de trampolinagem (como aprenderia mais tarde com Certeau) que as demais fontes não costumam oferecer. No entanto, e ao mesmo tempo, não poderia prescindir das outras fontes, pois de certa forma elas possibilitariam construir um campo projetado em uma rede mais ampla, com informações imprescindíveis para situar os múltiplos vividos que as memórias relatavam.

Retornando ao Brasil vou, então, em busca de homens e mulheres dos bairros pobres de Recife para realizar as entrevistas. E aqui me deparo – de saída – com a forte crítica de que os intelectuais

costumam ir aos bairros populares desenvolver suas pesquisas e, no final, nada deixam para essas pessoas. Ou seja, a apropriação da mais valia dos padrões tinha sua correspondente apropriação do saber popular pelos intelectuais e acadêmicos. Nesse sentido, o relato de uma mulher, Tota, moradora do bairro Casa Amarela se tornou para mim paradigmático.

Depois que eles filmaram tudinho, eu digo: vem cá. Aí tinha um que entendia o que a gente dizia. Eu digo: vem cá. Aí tinha um que entendia o que a gente dizia. Eu digo: vai sair alguma coisa sobre isso? Vai sair nada, não é?! Aí vai ficar tudo assim, é? Somente filmar, chegar lá, vocês vão receber o dinheirinho desse filme, né? Alguma coisa aí, e a gente fica nessa, né? [...] Eu digo: o menino com fome, o comer para cuidar, eu aqui empalhada com vocês, vai sair nada não, é? Eu digo: é, para vim conversar besteira com a gente, vocês só anda sem dinheiro, agora quando vier aqui, vou cobrar. (MONTENEGRO, 1992, p. 25).

Foi então que propus à federação do bairro Casa Amarela fundar um Departamento de Memória com os próprios moradores, treinados por mim e uma equipe. Todas as entrevistas seriam de propriedade do Departamento e criaríamos uma linha de produção de livros, programas de rádio e vídeo, de forma que todos aqueles relatos não fossem dirigidos apenas para embasar minha tese e nossos artigos acadêmicos. Isso efetivamente foi realizado e produzimos um livro com três entrevistas de moradores na íntegra, uma cartilha, seis programas de rádio e um vídeo. Ouvir as histórias de vida dos moradores do bairro se constituiu em muitas aprendizagens. Algumas talvez só se materializaram alguns anos depois, como, por exemplo, a dificuldade de lidar com um entrevistado que dizia ter combatido na Coluna Prestes, mas seu relato se apresentava como uma grande criação de sua imaginação. Só anos mais tarde, lendo o artigo de Janaína Amado *O grande mentiroso* (1995) e o de Portelli *Sonhos ucrônicos* (1993), pude constatar como fui no mínimo inábil na con-

dução daquela entrevista. Também outra aprendizagem foi descobrir que o Departamento de Memória da Federação de Moradores, que recebia candidatos para entrevistas a conta-gotas, pois muitos tinham receio de vir relatar suas histórias de vida, de um momento para outro, passou a ter filas de candidatos na antessala de sua sede. Minha alegre surpresa em breve se desvaneceu, pois um morador acabou por me explicar o que se passava: “Professor é o seguinte, já se espalhou no bairro que é só vir aqui e contar umas besteiras e o senhor paga dez reais”. Pronto, estava desnuda outra vez a relação de classe, de poder, e as brechas e piroetas que o povo cria para driblar pessoas, instituições, relações tão diferentes das do seu universo cotidiano. Afinal, havia pensado desde o início desse projeto, para o qual tínhamos obtido recursos do governo estadual, que fora depositado na conta da Federação de Moradores e era por ela gerido, que se eu tinha minhas horas de pesquisa pagas por uma bolsa, por que não pagar também as horas em que aquelas pessoas eram retiradas dos seus afazeres para falar de suas vidas. Passada a ingênua decepção, as dezenas de entrevistas até então realizadas ajudaram-me a compreender que nem todas as pessoas são capazes de transformar suas lembranças em narrativa. Algumas apresentavam narrativas sem concluir uma ideia, misturando e associando vários temas quase de forma simultânea, outros ainda, talvez movidos por um grande receio de se comprometer ou dizer alguma coisa “indevida” àquele professor, transformavam seu relato em grandes e homéricas apolo-gias do seu passado. Talvez ainda devido à minha pouca experiência, não era capaz de interagir e mudar esse tipo de relação entrevistador/entrevistado quando ela se apresentava. No entanto, mais tarde, num outro projeto com professores aposentados da Faculdade de Engenharia da UFPE, encontrei professores que também não concluíam suas ideias, saltando, a cada momento, de um tema a outro, transformando seu relato de memória em um labirinto, sem o fio de Ariadne.

Havia ainda aqueles moradores e moradoras de Casa Amarela que, ao começar a lembrar sua infância e mesmo seu passado, eram

tomados por uma grande tristeza e iniciavam a chorar, fazendo-nos imediatamente interromper e não insistir naquela operação de construção ou reconstrução das memórias. Não somos psicólogos ou psicanalistas e um rememorar tão doloroso tornava-se, do meu ponto de vista, algo muito perigoso.

Encerrada essa etapa da pesquisa, veio o período de trabalho nos arquivos e a coleta de documentos que ajudassem a situar historicamente os principais temas historiográficos abordados naquelas entrevistas. Um deles, por exemplo, apresentou-se de forma marcante em muitas memórias, a luta pela erradicação dos mocambos na década de 1930 e 1940 levada a cabo pelo interventor Agamenon Magalhães.⁹ Descobre-se um verdadeiro pânico que se formou, gravado na memória de muitos desses homens e mulheres, em face do perigo de saírem para o trabalho e quando retornarem para suas casas, estas haverem sido derrubadas pelo Serviço Social Contra o Mocambo. Nunca esqueci um relato de um morador que diz ter enfrentado com uma foice os funcionários do Estado que tinham vindo derrubar sua casa coberta de palha. Verdade ou não, Benedito José de Moraes, morador de Casa Amarela, pelo menos para a história se construiu, se apresentou, como um Hércules. Ele conta que depois os “homens voltaram e negociaram com ele” outra casa para morar. Narra ainda que alguns enlouqueceram quando retornaram do trabalho para casa e a encontraram demolida (MONTENEGRO, 1992).

Desafios metodológicos: história e memória

Ao iniciar o período da escrita da tese, em contato com diversos autores e teóricos da memória e da história, Maurice Halbwachs (1990) me provoca um grande choque. Isso porque, no seu clássico *A memória coletiva*, apresenta como uma das suas teses principais a ideia de que a memória e a história são inconciliáveis. A memória

⁹ Agamenon Magalhães se tornou ministro do Trabalho, Indústria e Comércio de Getúlio Vargas em 1934, acumulando também a pasta da Justiça em 1937. Com o golpe do Estado Novo em 1937, torna-se interventor em Pernambuco, permanecendo no cargo até janeiro de 1945, quando então volta a assumir o Ministério da Justiça.

é sempre viva e presente na vida das pessoas de uma comunidade, porém, quando se transforma em história, deixa de estar viva e é enviada aos arquivos. Ao mesmo tempo, sua compreensão da história era cumulativa de histórias regionais apontando para uma história das civilizações. E, então, como ficaria minha tese que trabalhava os relatos de memória como fonte para história? Foram diversas leituras e releituras – desesperadas – até o momento em que pude compreender que estava dialogando com um autor cuja obra foi escrita na década de 1920 e que era preciso refletir sobre as concepções de história então predominantes naquele período. No entanto, entre os muitos aprendizados que essa sua obra me trouxe, destacaria a relação indissociável entre memória individual e social. Nesse sentido, esse autor me deu uma grande ajuda para pensar que não precisava me preocupar com um número representativo de entrevistados, pois de alguma forma um relato oral de memória, por mais particular que ele seja, carrega as marcas da rede social, profissional, política, cultural daquele entrevistado (HALBWACHS, 1990).

Concluída a tese, dois problemas passaram a atormentar-me. Primeiramente as memórias que ajudaram a construir o percurso historiográfico da tese foram pensadas como provas do vivido e não como reconstrução mnemônica realizada pelos entrevistados a partir de uma série complexa de fatores que o presente produz, intervindo nesse itinerário. Só então me dei conta que era preciso situar aqueles relatos de memória como sinais, em constante movimento de ressignificação e não como prova do vivido. Essa compreensão me fez durante muito tempo ter gana de apagar da tese, depois transformada no livro *História oral e memória: a cultura popular revisitada*, a expressão “resgate da memória” ou, pelo menos, substituí-la por construção ou ressignificação da memória. Por outro lado, nada garantiria que, em breve espaço de tempo, outra categoria ou mesmo trecho do livro não precisasse ser substituído ou ter sua escrita aperfeiçoada. Escolhi então, diferentemente de muitos escritores e historiadores que optam por reescrever suas obras, aceitar aquele trabalho

como um momento da minha caminhada. E talvez isso tenha incomodamente me tranquilizado, pois afinal aprendi a duras penas a pensar o conhecimento e por extensão a produção do conhecimento historiográfico como movimento, inconcluso, e não como o estabelecimento de verdades acabadas e definitivas.

Não podia deixar de me preocupar com os críticos que afirmavam, numa direção inteiramente oposta, não se poder confiar na memória, pois a cada momento as pessoas narram as mesmas lembranças de forma inteiramente diversa. Nesse período, a difícil leitura de Henri Bergson foi muito proveitosa e ajudou a pensar, por meio do seu famoso cone, uma resposta a esses críticos. Afinal, segundo Bergson, jamais retornamos à memória original. Toda memória seria sempre memória da memória, haja vista que ela se interliga de maneira inseparável às impressões apreendidas pela percepção a qual nos mantém em contato com o mundo ao nosso redor. E esta, em seu devir infundável, estaria permanentemente apresentando novos acontecimentos, novas situações, novas experiências e, por extensão, outras formas de analisar e refletir acerca do que nomeamos por real. Para expressar graficamente a inseparável relação entre a memória e a percepção, esse autor se utiliza de uma figura geométrica em forma de cone. A base do cone representaria a memória, enquanto as retas que se estendem da base ao vértice representariam a percepção. Dessa forma, a memória e a percepção são indissociáveis e não seria possível a percepção pura, nem tampouco a memória pura. Em todo ato de percepção estariam presentes as marcas da memória, porém também todo relembrar carrega as marcas, os signos, os sinais do presente, apreendidos pela percepção na ineludível relação com o mundo exterior. Por essa razão o relembrar estaria marcado pelas impressões e experiências do presente. Afinal, o vértice do cone é considerado o ponto de contato da percepção com o mundo exterior, sinônimo de constante movimento e mudança. O *élan* vital pensado por Bergson, que, de certa forma, o torna um autor sobre o qual Gilles Deleuze irá dedicar um livro, *Bergsonismo*, numa época em que

aquele filósofo ainda era criticado como idealista, tornar-se-á uma leitura muito cara a mim. O estudo desses autores ajudou a repensar a crítica dos historiadores ao uso da memória como fonte; pois assim como cada um “teoricamente” opera um ressignificar constante das suas memórias, a historiografia institui uma reescrita e uma releitura constante de obras, acontecimentos e documentos a partir das novas experiências sociais, culturais, políticas, bem como em face de novas abordagens teóricas e/ou a descoberta de novos documentos no presente. Portanto o movimento de releitura e ressignificação das memórias individuais e coletivas, como da própria historiografia, são intermináveis. Passei então a argumentar com esses críticos da volatilidade da memória que também a história, os documentos, as obras, nossos escritos são alvo dessa “denominada” volatilidade, afinal tudo que é sólido desmancha no ar.

A questão do real

Todo esse percurso até então narrado, à medida que instituiu algumas respostas às questões metodológicas referentes à memória e à história, remetia a outra problemática, poder-se-ia dizer, muito mais radical, ou seja, a relação entre o documento e a realidade. E, nesse momento, dois outros autores, duas outras leituras, irão direcionar o trabalho e obrigar-me a operar escolhas. Refiro-me primeiramente (sem ordem de importância) ao livro *Relações de força*, de Carlo Ginzburg (2002, p. 44-45), em que ele afirma não existir mais a ingenuidade de pensar que o documento seria um reflexo do real, mas a possibilidade de considerar “as fontes como construção, porém não incompatível com a prova”. No polo epistemológico inteiramente oposto estava o livro *Isto não é um cachimbo*, de Michel Foucault (1988). Esta obra provocou um grande impacto em mim, pois definitivamente me fez repensar como a ordem da linguagem não se reduz à ordem das coisas, ideia com a qual já vinha trabalhando por meio de outras leituras. A frase “Isto não é um cachimbo”, escrita por René Magritte, em seu quadro que tem acima o desenho de um cachimbo,

é o ponto de partida de uma travessia de desconstrução da perspectiva de pensar que os significados advêm do mundo ou do que durante anos denominamos realidade concreta; ou, como foi amplamente discutida por Saussure (1970), a relativa autonomia da linguagem em relação à realidade, em que a relação entre o significante e o significado é arbitrária. Somos nós, por meio de nossas relações sociais, que construímos e significamos o mundo. Em outros termos, vivemos nos discursos que acreditamos, ou aprendemos a acreditar como verdadeiros em nossas redes sociais e culturais. O real é o que e como aprendemos a significar o mundo ao nosso redor. Ou ainda como observa Foucault (2002, p. 35-36):

É sempre possível dizer o verdadeiro no espaço de uma exterioridade selvagem: mas não nos encontramos no verdadeiro senão obedecendo às regras de um “polícia” discursiva que devemos reativar em cada um de nossos discursos. A disciplina é um princípio de controle da produção do discurso. Ela lhe fixa os limites pelo jogo de uma identidade que tem a forma de uma reatualização permanente das regras.

Esse princípio seria uma das razões dessa luta “ensandecida” pelo domínio da história, pelo domínio da memória, pelo controle do que é o real, os acontecimentos, o passado e, por extensão, o presente e o futuro e de como significá-los.

Essa opção metodológica – também nomeada construtivista – levou-me a ser acusado de ceticismo histórico, de solipsismo e ainda de transformar o real em jogos de linguagem. No entanto, outros três autores ajudaram a, pelo menos provisoriamente, seguir essa trilha, aqui brevemente delineada. Por um lado, o psicanalista Garcia-Roza, quando em seu livro *Introdução à metapsicologia freudiana* afirma que em nosso primeiro ano de vida (1991, p. 31):

A percepção não oferece objetos com os quais a palavra vai se articular para obter seu significado. A percepção pura e

simplesmente não oferece objetos. Aquilo que ela recebe do mundo não são imagens de objetos, mas imagens elementares (visuais, táteis, acústicas) que vão constituir o complexo das associações de objeto. Essas associações de objeto, por si mesmas, não formam uma unidade, não formam um objeto; é apenas na relação com a representação-palavra que essa unidade vai surgir. É a palavra que constitui o objeto como objeto. Portanto, o que fornece ao objeto seu significado, e *a fortiori* sua unidade, não é a coisa externa, mas a articulação da associação de objeto com a palavra.

Por outro lado, aquilo que na escrita de um psicanalista adquire foro de uma teoria epistemológica a partir da obra freudiana, no relato de um neurologista que narra casos excepcionais de sua experiência médica, adquire contornos de uma experiência clínica oftalmológica. O Dr. Oliver Sacks relata o caso de um jovem, Virgil, que ficou cego aos 6 anos e após uma operação de catarata aos 50 anos voltou a ver: “Mas o que viu não tinha qualquer coerência. Sua retina e nervo óptico estavam ativos, transmitindo impulsos, mas seu cérebro não conseguia lhes dar sentido: estava, como dizem os neurologistas, agnóstico” (SACKS, 1995, p. 129).

Em outros termos, não vemos com os olhos, mas com os significados processados em nosso cérebro. O olho é o condutor sensível das impressões exteriores, que só permite formar ou reconhecer uma imagem se o significado foi anteriormente construído por meio da linguagem.

Parecia-me assim que por meio desse percurso filosófico, psicanalítico e neurológico não havia mais como duvidar que percebemos aquilo que denominamos real não como ele se apresenta, mas por meio do universo de significados que a cultura possibilita interiorizar, e qualquer certeza de verdade que desejamos defender sobre o mundo que nos cerca não advém da realidade exterior de forma pronta e acabada, como a ciência clássica, cartesiana, newtoniana, galileana havia ensinado. Ao mesmo tempo, parecia-me que trabalhar historicamente nessa perspectiva não significava reduzir todo

o conhecimento a um jogo linguístico, ou ao relativismo solipsista, como se a ordem da verdade estivesse reduzida a um capricho individual. A ordem da verdade é da ordem da cultura, ou ainda como afirma Geertz (1995, p. 14): “o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu”.

De certa forma, é a partir dessa perspectiva de que as pessoas estão significando, organizando, explicando o mundo com os referenciais que interiorizam por meio da sua rede social, em sintonia com os sinais ou signos que captam do mundo a sua volta, que de certa maneira analiso duas reportagens jornalísticas que tratam de um mesmo tema ou objeto, o Nordeste no final da década de 1950 e início de 1960.¹⁰ O que me marcava de maneira radical nessas duas reportagens era talvez o fato de que elas se apresentavam a minha pesquisa em um período em que digladiava intensamente por meio de leituras, aulas, debates com a questão do real e a produção dos documentos. Estava diante de duas séries documentais (publicadas na imprensa) que construíam, produziam, significavam uma região – o Nordeste – num mesmo período histórico, de forma inteiramente diversa. Essa documentação me projetava irremediavelmente para a reflexão acerca do tema “Verdade e Poder” que Foucault desenvolve em entrevista a Alexandre Fontana, publicada na *Microfísica do poder* (1979, p. 13), em que afirma:

Há um combate “pela verdade” ou, ao menos, “em torno da verdade” – entendendo-se, mais uma vez, que por verdade não quero dizer “o conjunto das coisas verdadeiras a descobrir ou a fazer aceitar”, mas o “conjunto de regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder”; entendendo-se também que não se trata de um combate “em favor” da verdade, mas em torno do estatuto da verdade e do papel econômico-político que ela desempenha.

10 A análise detalhada dessas duas reportagens foi publicada na Coleção Brasil Republicano 3, *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964* (FERREIRA; DELGADO, 2003).

As duas reportagens, muito bem construídas, articulavam informações estatísticas, depoimentos diversos, fotografias, mapas, o que lhes dava o poder de produzir um enorme efeito de verdade, embora inteiramente oposto.

A primeira série foi escrita por Antonio Callado para o jornal do Rio de Janeiro *Diário da Manhã* e alcançou grande repercussão na opinião pública, reproduzida em diversos jornais, debatidas nas Assembleias Legislativas de vários estados e também na Câmara Federal. Além de denúncias sobre como os latifundiários transformam a seca em um grande negócio, é por meio desses textos que se institucionaliza a expressão “indústria da seca”. Poder-se-ia dizer que o debate promovido por Antonio Callado em suas reportagens, escritas após viagem pelo Nordeste, polariza de Norte a Sul do país os setores que defendem o *status quo* versus aqueles segmentos que defendem reformas sociais, políticas e econômicas. Naquelas décadas, como é bastante conhecido por meio da literatura do período, essas duas forças eram nomeadas respectivamente de direita e esquerda. Callado encerra sua série de reportagens narrando a experiência das Ligas Camponesas e a atuação de Francisco Julião, que, como advogado e deputado, vem ajudando a fundar novas Ligas nos estados do Nordeste e de outras regiões. Para o jornalista, esse movimento poderá se tornar um ponto de partida para que o trabalhador rural do Nordeste deixe a condição de escravo: “O Nordeste tem um grande, imenso caso de polícia, que é exatamente seu tratamento do lavrador, lá ainda muito mais escravo do que homem livre” (CALLADO, 1960, p.57-58).

Numa direção inteiramente contrária à reportagem de Antonio Callado encontra-se o texto escrito pelo jornalista Tad Szulc para o New York Times, em outubro de 1960. Enviado a Pernambuco, ele produz uma longa reportagem que, diferentemente de Callado, aponta esse estado e o Nordeste como se constituindo em um grande perigo para o Brasil, para os EUA e para o continente. Isso porque seus trabalhadores rurais liderados pelas Ligas Camponesas defen-

dem a reforma agrária na lei ou na marra, podendo a qualquer momento ter início um levante comunista que facilmente se alastraria por todo o país. E a situação ainda se torna mais grave em face do governo de Pernambuco, entenda-se a prefeitura e o estado possuírem diversos postos-chaves ocupados por comunistas. O prefeito era do Partido Socialista, e o governador, embora um usineiro, para conseguir se eleger, teve que ceder muitos cargos aos comunistas em secretarias e órgãos públicos.

De que forma ler essas duas reportagens, que, mesmo tratando de um único tema, acerca de uma mesma região, no mesmo período de tempo, instituíam realidades paradoxalmente diversas? Em primeiro plano, poder-se-ia dizer que elas produzem duas realidades marcadas de significados inteiramente distintos. E, portanto, produzem distintos efeitos de verdade. No entanto, a verdade dessas reportagens não seria mais analisada por mim a partir de referenciais externos ao discurso que enuncia e que o valida, mas da perspectiva da rede social, política e cultural em que é produzido.

Por outro lado, embora não tenha sido alvo de minha pesquisa um estudo da recepção dessas reportagens, percebe-se, pelos livros publicados posteriormente, que essa série de reportagens foi amplamente divulgada. Em um deles consta a reprodução dos inúmeros jornais que republicaram os textos de Callado, assim como os incontáveis discursos a favor e contra nas Assembleias Legislativas dos estados e mesmo na Câmara e no Senado.

A reportagem de Tad Szulc talvez tenha se somado aos relatórios que o consulado dos EUA enviava a Washington por meio de agentes da CIA que trabalhavam como funcionários daquela instituição, e seu efeito foi registrado por Joseph A. Page no livro *A revolução que nunca houve: o Nordeste do Brasil 1955-1964*. Também ainda como efeito da ameaçadora onda comunista que partia do Nordeste para dominar o Brasil, como afirmava Tad Szulc naquela reportagem, o governo dos EUA tenha enviado Edward Kennedy em agosto de 1961 a Pernambuco. Ele foi pessoalmente ao engenho Galileia, con-

siderado a sede da primeira Liga Camponesa, e, depois de conhecer as condições de vida dos trabalhadores, perguntou a estes o que mais necessitavam. A resposta foi: energia elétrica. Alguns meses depois, chegava à Galileia um gerador de energia (PORFÍRIO, 2009).

No golpe militar e civil de 1964, o exército cercou o engenho Galileia, prendeu e interrogou os moradores, procurando armas que dizia existirem – e com as quais acreditava que os moradores fariam a revolução –, como documentou Eduardo Coutinho em *Cabra marcado para morrer*.

Esses percursos relatados se somam a uma aprendizagem cotidiana, pois somos cercados por uma avalanche de histórias que se apresentam e são anunciadas como evidentes. Desfazer-se da ideia de causa, de sujeito (enquanto indivíduo ou classe), de essência e mesmo de um fim teleológico para a história, significa, para mim, um exercício permanente. Sobretudo porque exige um desconstruir de práticas culturalmente dominantes.

Referências:

AMADO, Janaína. O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral. *História: revista da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp, São Paulo*, n. 14, p. 125-136, 1995.

CALLADO, Antonio. *Os industriais da seca e os "galileus" de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. N. *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (Brasil Republicano, 3).

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Trad. Laura Fraga Almeida Sampaio. 8. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

FOUCAULT, Michel. *Isto não é um cachimbo*. Trad. Jorge Coli. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GARCIA-ROZA, Luiz A. *Introdução à metapsicologia freudiana*. Rio de Janeiro: Zahar, 1991. v. 2.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1995.

GINZBURG, Carlo. *Relações de força: história, retórica, prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

MONTENEGRO, Antonio T. *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. São Paulo: Contexto, 1992.

PORFÍRIO, Pablo. *Medo, comunismo e revolução: Pernambuco (1959-1964)*. Recife: Editora da UFPE, 2009.

PORTELLI, Alessandro. Sonhos ucrônicos: memórias e possíveis mundos dos trabalhadores. *Projeto História: revista do Departamento de História da PUC-SP*, São Paulo, n. 10, p. 41-58, dez. 1993.

SACKS, Oliver. *Um antropólogo em Marte: sete histórias paradoxais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística Geral*. Trad. Antonio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1970.

3. Subjetividade e história oral: possíveis interações na autorização de cessão de uso de relatos

Marcos Fábio Freire Montysuma

Este ensaio é um diálogo ampliado com a minha própria experiência de pesquisa no campo da História. E, de pronto, já alerto ao leitor a respeito dos clichês reinantes que rotulam e/ou enquadram o conteúdo elaborado sob um determinado prisma, delegando um *status* fora de seu contexto ou intenção. Chamo a atenção que pelo enredo que a escrita toma não se trata de um texto conhecido apenas e tão somente como um “memorial”. Na verdade, trata-se de uma escolha, porque defendo a ideia de uma prática de pesquisa militante, uma vez que estou envolto nas questões de meu cotidiano. Minha formação acadêmica contribuiu para uma prática em pesquisa que caminha nesse sentido, conforme espero deixar claro através das ideias que aqui seguem. O itinerário que tomarei se baseia em três momentos de minha vida acadêmica, e somente.

Desde o período da graduação em História, na Universidade Federal do Acre, ouvia alguns professores falarem de uma dada objetividade histórica, de uma objetividade científica, amparada na ideia de que ao pesquisador caberia a responsabilidade de assistir aos acontecimentos de maneira neutra, sem envolvimento, sem emoção. Era como se fosse possível ao historiador ficar numa arquibancada assistindo, de fora, à história acontecer, comparando mal, seria como assistir a um desfile de escola de samba ou algo semelhante. Quando fiz o mestrado em História, na Universidade Federal do